



A atuação do Projeto Circular Campina Cidade-Velha na dinâmica sócio-espacial do Centro Histórico de Belém

Magaly Caldas Barros ¹

RESUMO

O presente artigo objetiva analisar a atuação do Projeto Circular Campina Cidade-Velha na dinâmica sócio-espacial do Centro Histórico de Belém. O Projeto Circular iniciou em dezembro de 2013, idealizado pela galerista Makiko Akaó, objetivando criar atividades culturais que visavam ampliar a utilização das estruturas urbanas e patrimoniais do Centro Histórico de Belém (CHB). Nosso percurso consiste em um breve histórico de ações participativas desenvolvidas no Brasil a fim de contextualizar a formação do Projeto Circular em Belém, sua origem, desenvolvimento e apontamentos futuros; identificação dos sujeitos propositores do Projeto Circular e daqueles que participam das ações; e análise da influência das ações do Projeto Circular na dinâmica sócio-espacial do CHB ressaltando o uso e apropriação do espaço patrimonializado. Entendemos que o Projeto Circular atua na dinâmica de produção do espaço de Belém ao incorporar sujeitos promotores que concebem representações simbólicas do espaço e do patrimônio que extrapolam o recorte do Centro Histórico, ao mesmo tempo que incorpora sujeitos participantes originários de outros bairros da cidade, criando uma dinâmica de diálogo entre os espaços patrimonializados e os não patrimonializados.

Palavras-chave: Produção do espaço urbano, Centros Históricos, Projeto Circular Campina-Cidade Velha, Patrimônio.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar el desempeño del Proyecto Circular Campina Cidade-Velha en la dinámica socioespacial del Centro Histórico de Belém. El Proyecto Circular se inició en diciembre de 2013, concebido por la galerista Makiko Akaó, con el objetivo de crear actividades culturales que tuvieran como objetivo ampliar el uso de estructuras urbanas y patrimoniales del Centro Histórico de Belém (CHB). Nuestro camino consiste en una breve historia de acciones participativas desarrolladas en Brasil con el fin de contextualizar la formación del Proyecto Circular en Belém, su origen, desarrollo y notas futuras; identificación de los sujetos que proponen el Proyecto Circular y quienes participan en las acciones; y análisis de la influencia de las acciones del Proyecto Circular en la dinámica socioespacial de la CHB, enfatizando el uso y apropiación del espacio patrimonializado. Entendemos que el Proyecto Circular actúa en la dinámica de producción en el espacio de Belém al incorporar sujetos promotores que conciben representaciones simbólicas del espacio y el patrimonio que van más allá del recorte del Centro Histórico, al tiempo que incorpora sujetos participantes de otros barrios de la ciudad, creando una dinámica de diálogo entre espacios patrimoniales y no patrimoniales.

Palabras clave: Producción de espacio urbano, Cascos Históricos, Proyecto Circular Campina-Cidade Velha, Patrimonio.

¹ Pós-graduanda do Curso de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará - UFPA, magalycaldasb@gmail.com.



INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva analisar a atuação do Projeto Circular Campina Cidade-Velha na dinâmica sócio-espacial do Centro Histórico de Belém (CHB), identificando quem são os sujeitos e suas respectivas concepções de espaço, patrimônio e educação patrimonial. Para tanto, realiza-se: um breve histórico de ações participativas desenvolvidas no Brasil, a fim de contextualizar a formação do Projeto Circular em Belém, sua origem, desenvolvimento e apontamentos futuros; identificação dos sujeitos propositores do Projeto e daqueles que participam das ações; e análise da influência das ações do Projeto Circular na dinâmica sócio-espacial do CHB ressaltando o uso e apropriação do espaço patrimonializado.

Esta pesquisa se justifica pela capacidade que as relações sociais travadas atualmente no CHB apresentam em desenhar novas dinâmicas espaciais alinhadas com as dinâmicas dos centros históricos consolidados no Brasil e na América Latina. Observamos a multiplicação de projetos participativos (muitos institucionalizados) onde as palavras cidadania, sustentabilidade, cidade e patrimônio surgem como esteios às ações desenvolvidas, em função disso, Maricato (2007) afirmou que nunca fomos tão participativos. No entanto, Leal (2003) já havia advertido que, apesar de protagonizarem grupos sociais marginalizados, as práticas de participação popular ainda não romperam as barreiras do colonialismo, visto que “o projeto participativo nem sempre é acompanhado de um processo de legitimação política do conjunto de forças que lhe dá sustentação” (LEAL, 2003, p. 20). A análise busca sustentar a hipótese de que o Projeto Circular atua na dinâmica de produção do espaço de Belém ao incorporar sujeitos promotores que concebem representações simbólicas do espaço e do patrimônio que extrapolam o recorte do CHB, ao mesmo tempo que incorpora sujeitos participantes originários de outros bairros da cidade, criando uma dinâmica de diálogo entre os espaços patrimonializados e os não patrimonializados.

Entendemos que o Projeto Circular influencia a dinâmica sócio-espacial do CHB de forma significativa na medida em que reelabora arranjos simbólico culturais ao realizar atividades direcionadas à apropriação do patrimônio por seus sujeitos promotores por meio de ações vinculadas à educação patrimonial.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos consistem na observações sistemáticas do Projeto Circular em sua efetivação prática, trabalhos de campo, entrevistas e conversas, a fim de



identificar seus sujeitos e práticas espaciais. O primeiro momento parte da pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema, fundamentado no debate que já sinalizamos acerca das dinâmicas espaciais que incorporam usos e apropriações do espaço, especialmente o patrimonializado, onde desenvolvemos uma leitura crítica de conceitos que servem como aporte teórico às discussões subsequentes. O segundo, se encerra no uso da cartografia. Partimos da localização do recorte espacial e identificação das atividades do Projeto Circular para compreendermos a representação cartográfica e suas possibilidades espaciais, com auxílio de ferramentas como ArqGis, ArqMap e Google Earth. Os tipos de entrevistas utilizadas foram: Formulário de pesquisa de participação, que buscou identificar quais os espaços e atividades do Projeto Circular os sujeitos frequentavam antes e após a realização do evento; Conversas, na forma de entrevistas semiestruturadas, com sujeitos de interesse à pesquisa. No conjunto total, foram identificados cinco grupos: a) participantes; b) parceiros; c) coordenação; d) conselho consultivo; e) moradores dos bairros abrangidos.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico utilizado parte do conceito de produção do espaço urbano desenvolvido por Lefebvre (2013), usos e requalificação urbana de Leite (2004), participação popular de Leal (2003) e espaços de contorno de Silva (1986). Articulamos com os filósofos Bourdieu (2007), Certeau (2009) e Guattari (2012). De um lado, o referencial geográfico nos ajudou a refletir sobre o espaço do Centro Histórico – e de Belém, de maneira geral – a partir das estruturas e urbanas de organização e planejamento do território (evidenciando formas de poder institucional e discursiva). Do outro lado, a filosofia nos despertou à atenção para a escala primeira de apropriação do espaço: o corpo. Isto é, os mecanismos de subjetividade coletiva (GUATTARI, 2012) catalisados pelos sujeitos no âmbito da organização social, seja na dimensão do bairro ou das instituições públicas, são as primeiras ações que efetivam (ou realizam) os processos de participação popular. Nosso percurso teórico desenvolve, então, sobre cidade, planejamento e cotidiano na ideia de aproximar a discussão do planejamento, pela perspectiva geográfica, das pessoas vinculadas ao Centro Histórico de Belém. Nesta pesquisa, o enfoque se dá no campo da objetivação e subjetivação dos sujeitos que concebem, produzem e gestam o espaço do CHB. Em paralelo, a partir da comunicação social, apoiado na teoria da linguagem e a análise do discurso de Maingueneau (2015) e Fairclough (2001), evidenciaremos o caráter estruturador da linguagem na relação do ser humano-sujeito com o real admitido no discurso.



Compreender as práticas do Projeto é uma tarefa mais difícil do que aparenta, pois, as observações, a seleção do que é importante à pesquisa e o recorte de cada fala, imagem e ação nos possibilita um leque de interpretações e validação, ao mesmo tempo que não limita a visão forçando um direcionamento (inevitável) do estudo. Ajustar o foco desse olhar, então, se mostra uma tarefa trabalhosa. Certeau (2009) definiu as práticas cotidianas da cidade como o entrelaçamento do corpo com as ruas, que gera textos ilegíveis, redes de escrituras que à medida que crescem e avançam no espaço “compõem uma história múltipla, sem autor nem espectador, formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços: com relação a representações, ela permanece cotidianamente, indefinidamente, outra.” (CERTEAU, 2009, p. 159). Por ser outra (sempre) há “maneiras de fazer” que fogem a superfície do olhar, mesmo o olhar treinado de quem pesquisa, e por isso necessitam certa maturação das construções visuais. Olhar as operações do Projeto Circular, isto é, as maneiras de fazer de cada sujeito que compõe a organização institucional alinhadas nos mesmos princípios nos permite uma mobilidade na análise empreendida.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde a década de 1980, o Brasil tem experimentado práticas de participação da sociedade civil nas instituições estatais. Muitas experiências, a exemplo do Orçamento Participativo, como apontam Wampler (2011) e Campos (2011), se consolidaram em todo país no que diz respeito às mudanças na forma e no conteúdo de deliberação política, identificando ampliação do bem-estar social, mudanças nas políticas públicas governamentais, aperfeiçoamento de habilidades políticas das pessoas, além do aprofundamento do discurso democrático em escala local (WAMPLER, 2011).

Nas escalas regional e nacional, o discurso participativo pode ser considerado uma inovação que procura lugar no imaginário e no modo de fazer político como um método compassível às instituições já estabelecidas. De um lado, há resistência em afirmar as práticas participativas como elemento indispensável da prática democrática e em qualificar instituições que atuam nesse sentido. Por outro lado, as experiências locais têm mostrado a potência produtiva da participação, principalmente aquelas oriundas dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada que trabalham no nível municipal. Em espaços onde essas práticas dialogam com o Estado, em qualquer nível, florescem iniciativas que ampliam o alcance democrático e a institucionalização dessas práticas, por mais que os sujeitos propositores ainda permaneçam em posição de subalternidade quanto as decisões políticas.



O caráter popular dos movimentos precursores que estabeleceram as bases do processo participativo é chave para o entendimento de seu estabelecimento histórico, pois agir pela vertente que buscava, por primeiro, emancipar sujeitos e suas trajetórias, bem como seus patrimônios, lugares e modos de vida, para então fortalecer a reconstrução democrática das instituições e da sociedade.

A participação popular age também no sentido de corrigir o método histórico de ocupação, pensamento e fazer político historicamente colonizador ao desarticular as formas de exploração social presentes no íntimo da produção espacial. No momento de elaboração da Constituinte, por exemplo, a participação popular ganha novos contornos, passando a integrar a ideia de cidadania. Participação cidadã indica que o campo participativo absorveu conteúdo do liberalismo democrático. Isto é, sujeitos ligados ou não aos movimentos sociais passam a ser envolvidos nos processos de participação e assumem prerrogativas “a pesar” do caráter popular – e decolonial – das aspirações participativas.

Nesse contexto, os sujeitos envolvidos com a participação popular reelaboraram suas práticas discursivas de participação cidadã e multiplicaram sua atuação por meio de organizações não governamentais (ONGs), o que cindiu a prática participativa em discursos específicos guiados pelo vocabulário dos direitos humanos. Dessa forma, o ideário participativo, celebrado pela Constituição de 1988, apresenta aspectos abstratos onde a participação vai além do ambiente eleitoral e viabiliza, por meio de conselhos, a representatividade institucional da participação em políticas estratégicas de decisão.

A questão da participação popular nos processos de tomada de decisão é associada ao ideário participativo pela influência dos movimentos sociais urbanos e por pontuais administrações municipais (LEAL, 2003), por exemplo, Belém experimentou o processo do Orçamento Participativo (OP) e do Congresso da Cidade, no final da década de 1990. Critérios como democratização do poder político, transparência administrativa, inversão de prioridades, resgate da autonomia e da identidade local, acesso à informação, aos serviços e bens públicos (LEAL, 2003).

Em Belém, o marco da presença participativa se deu na elaboração do OP. A natureza do poder local, representada pela presença dos movimentos populares na administração do Partido dos Trabalhadores em conjunto com a elite intelectual, que compunha o papel dos especialistas, possibilitou o arranjo político onde os setores de esquerda ocuparam cargos estratégicos de decisão, principalmente, no campo social. Tal experiência de vanguarda do município pavimentou iniciativas que colocavam em prática as concepções teóricas do pensamento de esquerda. Nesse sentido, inferimos que o Projeto Circular surge das tendências



experimentadas nesse período, no qual o ponto comum dos contextos discursivos era atravessado pela função do Estado e de sua relação com a sociedade, onde se formam desde as ideias de autogestão até os instrumentos políticos utilizados pelos sujeitos dominantes – isto é, desde a auto-regulamentação social do espaço e do corpo-indivíduo até a luta de classes.

Os espaços públicos produzidos a partir de conflitos entre sociedade civil e Estado desenham discursos e práticas que determinam sua eficácia nos processos democráticos de acordo com o grau de proximidade entre os projetos políticos encampados por ambos os lados. Para além da naturalização dessa relação conflituosa, a construção histórica e colonial dos projetos políticos experimentados até aqui combina a cisão estrutural entre Estado e sociedade civil e outras fragmentações que não só provocaram a tensão existente como atravessam essa relação em múltiplas escalas. Isso se confirma pelo papel que desempenha, por exemplo, o Projeto Circular no atual contexto dos espaços decisórios, porque o Projeto conseguiu expandir para o campo do Estado seu projeto democratizante oriundo da sociedade civil.

Objetivando estabelecer um recorte representativo do atual cenário do Projeto Circular, selecionamos dois objetos empíricos para elaborar este trabalho: o discurso de Educação Patrimonial produzidos pelo Projeto Circular e o Fórum Circular.

Tabela 01 – Paralelo entre os objetos empíricos

Discurso de Educação Patrimonial	Fórum Circular	
Centro Histórico de Belém	Cidade	Escala de atuação
Sim	Não	Ativação da participação popular
Belém		Local
Intervenções no espaço	Intervenções especialistas no espaço, de ordem política e acadêmica.	Objetivo
Apropriação e uso deliberado do espaço	Apropriação especialista/intelectual a partir discursos geradores de ação e de tomada de decisão.	Discurso

Fonte: elaborado pela autora.

O Projeto Circular é estruturado por uma equipe composta de Coordenação, Produção Executiva, Comunicação e Assessoria de Imprensa, Designer Gráfico, Desenvolvedor de Software, Fotógrafos, Coordenação do Fórum Circular, Conselho Consultivo Circular e Suplentes. Essa equipe é responsável por gerenciar as ações desenvolvidas pelos parceiros, mediar diálogos entre as instituições, promover e divulgar temáticas voltadas ao espaço urbano do centro histórico e dos bairros Campina, Cidade Velha e Reduto. Somada a equipe



gestora, o Projeto conta com o apoio de instituições ligadas às esferas municipais e estaduais, bem como associações vinculadas a defesa do patrimônio cultural. As atividades desenvolvidas pelos parceiros compreendem várias frentes de atuação e apropriação do espaço.

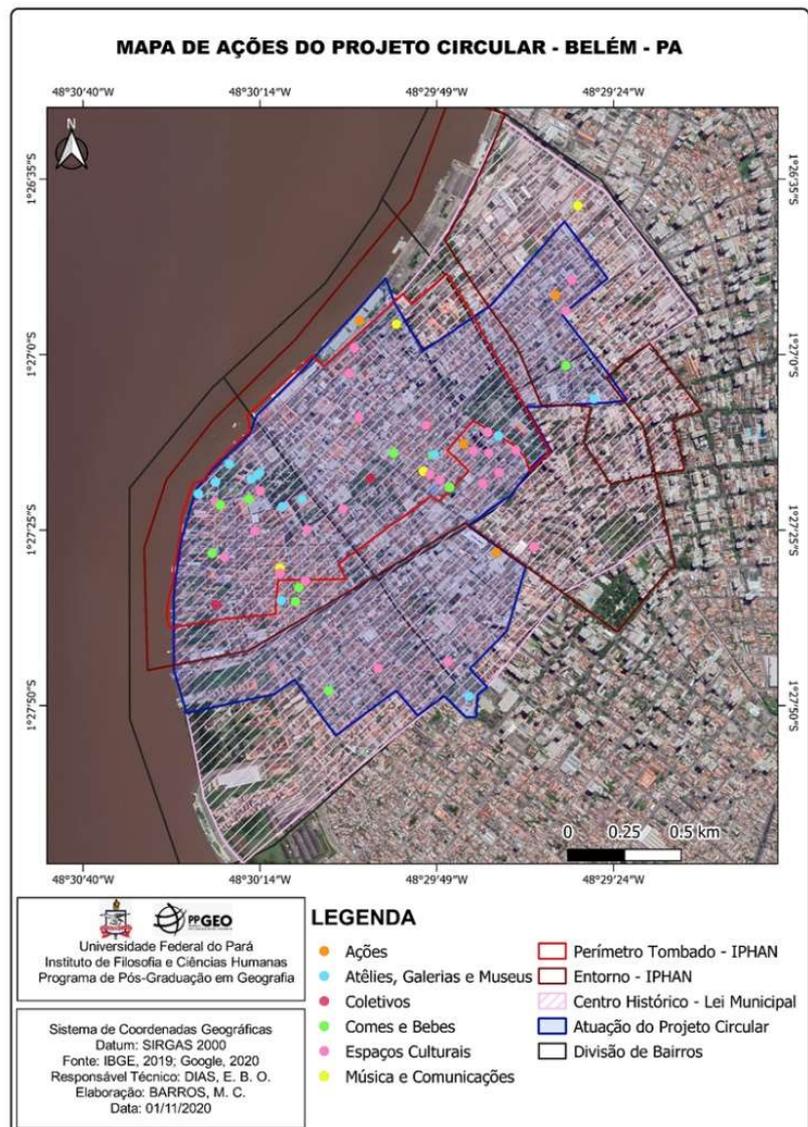
O mapa 1, ao lado, indica a área tombada pelo Iphan, a área tombada pelo município de Belém e a área de atuação do Projeto Circular sobrepostas aos pontos onde se localizam as práticas desenvolvidas pelos parceiros. Notamos que as atividades se espalham por entre as duas

áreas institucionalizadas e avançam os recortes que

contornam essas áreas, caracterizando a dimensão espacial que contempla o centro expandido de Belém. O mapa também revela que as práticas dos diferentes parceiros não dependem da localização que ocupam na malha urbana. Independentemente das vantagens ou desvantagens, as práticas impõem-se sobre a posição, que atrelada ao poder discursivo de ativação de sujeitos, engendra posicionamentos decisórios, no que tange o contexto democrático de participação, que desafiam ou reafirmam a ordem estabelecida.

Discurso de Educação Patrimonial

O discurso que fundamenta o surgimento do Projeto Circular como atuante no planejamento urbano em Belém vem, por um lado, contestar o discurso segregador, base do planejamento urbano de embelezamento e modernização que corroboram, desde o século XIX, a representação da periferia e dos sujeitos periferizados como um problema a ser



Mapa 1: Mapa de atividades do Projeto Circular – Belém/PA. **Fonte:** Elaborado pela autora. 2020.



suprimido das cidades ou de suas áreas centrais. Por outro lado, as ideias do Projeto Circular ainda estão impregnadas de pressupostos reformistas vigentes no campo do planejamento urbano que por muito tempo justificaram imposições legislativas municipais que regulamentavam o uso da terra urbana no território nacional (BURNETT, 2009). Como parte das ideias aprofundadas na década de 1990, o Projeto Circular integra um movimento de pensamento sobre políticas públicas intervencionistas, que passa a contemplar o direito de uso e apropriação da população em seu local de identidade histórico-cultural, introduzindo modos de agir no centro histórico iniciando pela participação da população local. Assumindo, portanto, um significativo papel no reconhecimento desses sujeitos, seus discursos e espaços como parte integrante da cidade.

A Carta de Princípios desenvolvida pela coordenação do Projeto Circular em conjunto com os parceiros, elenca 10 objetivos que norteiam as ações e posturas desempenhadas pelo grupo de parceiros. Como já vimos, os objetivos contemplam ações que pretendem aproximar a comunidade do espaço patrimonializado e estimular a preservação patrimonial. No entanto, é possível não estarmos próximos ao CHB? À preservação patrimonial, cabe estímulo? Quanto à primeira pergunta, sim e não. O espaço urbano é, sobretudo, espaço geográfico conformado entre os conceitos de tempo e espaço: a dimensão temporal marcada nos objetos espaciais erguidos com desenvolvimento da sociedade e a dimensão espacial impressa nos usos que esses objetos adquirem. Como dimensões de análise do urbano, tempo e espaço nos ajudam a responder as questões. Para uma resposta positiva, precisamos considerar também o afastamento da ideia de patrimônio que dá base ao recorte espacial do CHB, pois o território contém forma, matéria e temporalidades diretamente vinculadas aos sujeitos cujas práticas sociais desenham os processos de significações, isto é, o vínculo identitário. Para uma resposta negativa, precisamos considerar a relação de proximidade com as pessoas. Como humanos, nos conectamos com outros humanos, com as histórias das pessoas, com vivências², experiências que quando transportadas possibilitam o contato deste com o espaço e o tempo do outro.

Quanto à segunda pergunta, Passavento (2012) nos ajuda a refletir. A autora considera que atualmente discutimos, escrevemos e postulamos muito mais medidas sobre a restauração do patrimônio do antes. Para a autora:

O passado está em alta, o patrimônio está na ordem do dia, a história nacional é cortejada. No Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), no Ministério da Cultural, nas universidades, nos governos estaduais e municipais, o

² Perdão pela cacofonia, todavia, se encaixa perfeitamente nesta leitura.



passado é discutido e celebrado. As cidades se patrimonializam. (PASSAVENTO, 2012, p. 28).

De certo, as instituições ocupam um lugar privilegiado no pensar sobre patrimônio, pois a composição de seus sujeitos permite realizar processos de busca por conceitos e estratégias de apropriação espacial. Uma vantagem, comparada aos sujeitos fora de instituições que pensam o patrimônio vinculado diretamente com a realidade experienciada do cotidiano. Nesse sentido, o estímulo ao qual se refere a Carta de Princípios do Projeto Circular, talvez possa situar a preservação patrimonial na busca pela experiência democrática do espaço patrimonializado entre os sujeitos. Revisitando o passado presente nesse espaço a fim de encontrar estratégias de proteção e recuperação do patrimônio oriundas tanto do ambiente institucional quanto das “maneiras de fazer” cotidianas. Para Passavento (2012), o passado revisitado atua como objeto de reflexão e como “local para medidas concretas, um *locus* de intervenções e de experimentações.” (PASSAVENTO, 2012, p. 29).

Fugindo, por um momento, da recuperação urbana para nos concentrarmos nos processos educativos que levam a preservação patrimonial, devemos considerar que o estímulo ao qual estamos nos referindo age de forma deliberada, isto é, pensado por especialistas de forma a direcionar discursivamente os usos do espaço. Habermas (2003, 2012) define esse movimento na síntese entre ação comunicativa e democracia, no âmbito da esfera pública, como a delimitação de um conjunto de princípios teórico-normativos para a discussão democrática, sendo mutualidade, publicidade e igualdade princípios bases para sustentar o conceito de deliberação, no plano argumentativo no processo de tomada de decisão (HABERMAS, 2003). Debates atuais acerca das formas de deliberação discorrem sobre as consequências de regras e procedimentos relativos a processos institucionais e a práticas de deliberação, envolvendo como seleção e quantidade de participantes e/ou grupos, qualidade e embasamento das decisões, legitimidade democrática etc. A intenção desses debates é produzir soluções mais inteligentes e integradoras, abertas à diversidade de pensamentos e experiências, bem como alcançar resultados legítimos e democráticos.

Revista Circular

A publicação digital do Projeto iniciou em 2016. Segundo os idealizadores da publicação,

A Revista Circular é uma iniciativa do projeto Circular Campina Cidade Velha, que desde 2014, investe em um circuito artístico, humano e patrimonial que estimule o movimento turístico, cultural e econômico independente no Centro Histórico de Belém. O projeto, realizado a cada dois meses, sempre em um domingo, reúne espaços e ações culturais nos bairros do Reduto, Campina e Cidade Velha, em Belém do Pará. Trata-se de uma iniciativa da sociedade civil organizada, com apoios



institucionais e culturais, e os patrocínios do Banco da Amazônia e Ministério da Cultura, via Lei Rouanet. (PROJETO CIRCULAR, 2020).

A revista revela a passagem para uma nova fase na percepção da vida urbana ao colocar o sujeito do CHB num lugar de destaque, evidenciando um imaginário urbano que vai além da visita turística, e abre espaço de escuta e de percepção para quem vivencia o CHB frentes outras interligadas pelo cotidiano.

No que tange à análise do discurso desenvolvido pela Revista Circular, nos importa o modo como os indivíduos são descritos na reprodução das práticas discursivas elaboradas pelos parceiros. A primeira edição da revista traz a fala de dois pesquisadores que desenvolvem ações junto ao Projeto Circular, Michel Pinho, historiador, e Goretti Tavares, geógrafa. Traz as fotografias em P&B de Marcelo Lélis, que revelam uma perspectiva sobre o bairro Campina. E finaliza entrevistando a turismóloga Flávia Lima, também parceira do Projeto, que fala sobre o turismo no CHB. Tomando como base a primeira edição da Revista e fazendo um comparativo com os demais números, percebemos que existem três eixos que norteiam o discurso do Projeto: a fala de especialistas, que indica uma relação de poder de fala, cuja autorização se dá pela prática sociocultural definida pelo papel de especialista; a dimensão semiótica da produção de recortes da área de abrangência do Projeto Circular na forma de fotografias; e o viés econômico representado pela temática turística que envolve o CHB. A Revista Circular propõe um “olhar diferenciado para o turismo no Centro Histórico de Belém” (REVISTA CIRCULAR, 2016, p.03) e traz como eixo transversal a diversidade cultural promovida pelos parceiros, especialmente aqueles que desenvolvem atividades que integram a comunidade e o uso de espaços públicos, como a rua, sob a perspectiva de que tais atividades tem um caráter aglutinador e unificador de ideias e pessoas.

Partimos então para análise do primeiro eixo discursivo da Revista Circular: a fala de especialistas. A relação que se constitui entre subjetividade e intersubjetividade é a perspectiva que apoiamos nossas considerações. Subjetividade, como já vimos no capítulo teórico, diz respeito a forma como o sujeito se percebe e apreende seu espaço, estabelecendo um universo de referência (GUATTARI, 2012) individual que envolve ideias e sentimentos pessoais, mas que podem ser ativados de maneira coletiva. A intersubjetividade compreende as características do espaço sociocultural onde o sujeito estabelece suas relações e dá sentido a elas, é onde se organiza a produção dos sentidos por meio da interação entre os sujeitos. Desse modo, a intersubjetividade projeta uma rede de subjetividades diferentes que se cruzam no espaço sociocultural em que são produzidas. Woodward (*in* SILVA, 2014) explica essa relação: “nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a



cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade.” (SILVA, 2014, p.56).

O processo de construção da identidade dos sujeitos que mantém interesse, em algum nível, pelo CHB é captado pelo Projeto Circular que, por sua vez, estimula sentidos coerentes com as atividades do Projeto, tais como o relacionamento harmônico entre vizinhos e parceiros, fomento de ações que dialogam como a temática patrimonial, apreço pelas características arquitetônicas do conjunto patrimonializado, entre outros.

A fala de parceiros do Projeto Circular que são especialistas em suas áreas de atuação, pode ser lida como a interatividade que envolve o discurso especialista e os sujeitos participantes das atividades na medida em que o discurso é assumido pelos sujeitos. De acordo com Maingueneau (2015),

O discurso só é discurso se estiver relacionado a um sujeito, a um EU, que se coloca ao mesmo tempo como *fonte de referências* pessoais, temporais, espaciais (EU-AQUI-AGORA) e indica qual é a atitude que ele adota em relação ao que diz e a seu destinatário (...). A fala é dominada pelo dispositivo de comunicação do qual ela provém. (MAINGUENEAU, 2015, p. 27).

A influência exercida pela Revista movimenta-se entre o campo acadêmico e o social, o primeiro contextualiza as atividades do Projeto Circular para interlocutores que possam mobilizar espaços e recursos capazes de expandir o Projeto; o segundo torna a fala especialista mais acessível aos grupos que tem interesse nas ideias transmitidas pelas práticas do Projeto. O fato de ser uma publicação digital viabiliza a propagação pelos *mass media* do discurso de uso do CHB, tornando-o comum ao tipo de apropriação que se pretende com as práticas desenvolvidas pelos parceiros. Isto é, o emprego do discurso produzido pela Revista Circular tem uma dupla capacidade: permite designar sentidos aos objetos patrimonializados do CHB, ao mesmo tempo em que direciona um determinado uso aos equipamentos urbanos patrimonializados.

O segundo eixo, diz respeito a dimensão semiótica sobre a área de abrangência do Projeto Circular. A seguir, temos as capas das oito edições da Revista Circular publicadas até o momento, onde podemos fazer a leitura dos símbolos elegidos pelo Projeto para compor os processos de construção de identidade do CHB.

O discurso das capas está diretamente ligado aos objetivos sociais do Projeto, que privilegia o discurso como prática social e a estética do agir comunicativo da fotografia. De acordo com Fairclough (2001) o discurso contribui para a produção das características concernentes à estrutura social que desenham, de forma direta ou indireta, suas normas e conveniências: “O discurso e uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de



significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Capas das oito edições da Revista Circular

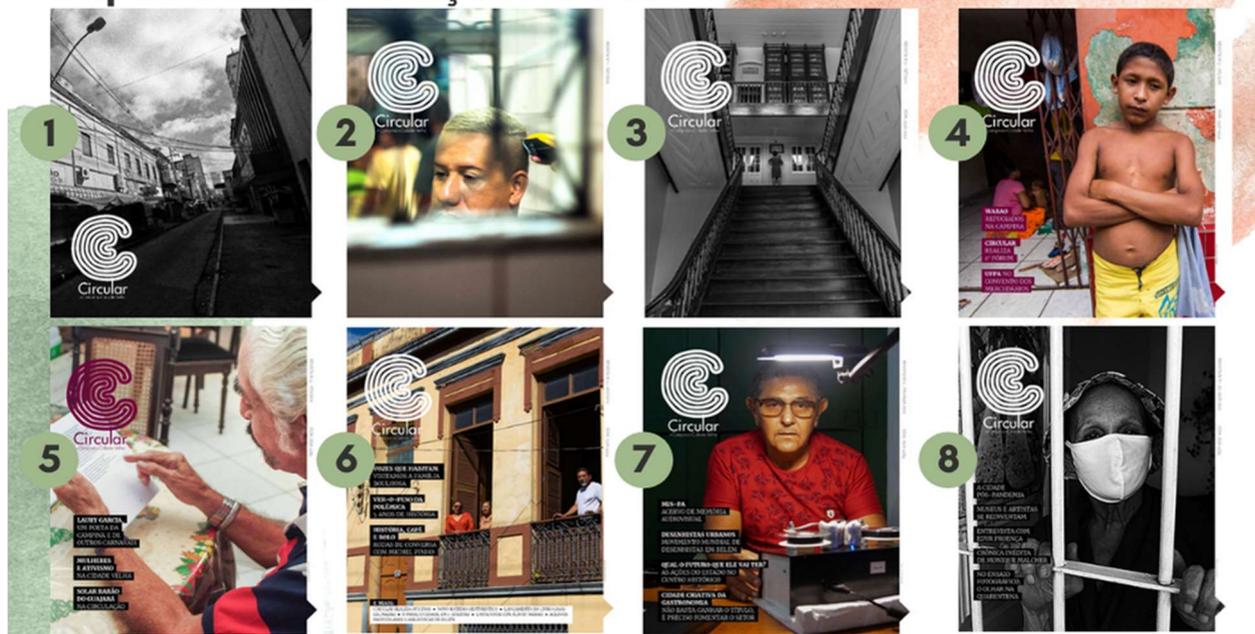


Figura 1: Capas da Revista Circular do número 1 ao 8. Fonte: <https://issuu.com/projetocircular>.

A dimensão do discurso que mais se aproxima da perspectiva social é o discurso enquanto prática social e o seu sentido performativo, ou seja, falar *sobre, no e para* o CHB significa agir sobre o espaço e suas instituições. Segundo Fairclough (2001) existe “uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social; a última é tanto uma condição como um efeito da primeira.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Logo, a forma como a Revista Circular projeta as práticas sociais dos parceiros não apenas as representa, como também as coloca numa posição de mediação das relações sociais travadas no CHB, que por sua vez adquirem significados a partir das práticas discursivas. As imagens produzidas do Projeto Circular são produzidas por uma equipe de fotógrafos e fotógrafas que transitam por todas as atividades durante a realização do evento.

Fórum Circular

A partir da leitura de Habermas (2012), Leite (2004) e Silva (1986) tecemos neste ponto uma caracterização do Fórum Circular. É sobretudo durante os debates promovidos pelo Projeto em meio as atividades realizadas individualmente pelos parceiros, que surge a ideia de criar um espaço público de discussão onde os direitos sociais relativos ao centro histórico são postos em debate e construção. Nesse espaço, a intenção é dialogar e compor



mecanismos institucionais baseados na sociabilidade e no reconhecimento dos diversos valores e interesses da sociedade. Diz respeito a um campo social de comunicação no qual diferenças e interesses são postos ao conflito, delimitados pela vontade (ou poder) do coletivo. Trata-se da forma como o espaço é construído, material e discursivamente, que ativa diversos significantes, que vão desde a efetivação de ações ao direito à memória.

Arendt (1997), apoiada no enunciado de Réne Char³, reflete sobre a memória deixada espacialmente como testemunho de relações passadas. Para ela, o testamento remete a tradição que associa o passado ao futuro, assim a falta ou o apagamento dele remove a “continuidade consciente no tempo”, gerando referências desconexas dos sujeitos. Habermas (2012), próximo de Arendt (1997), corrobora a ação comunicativa ao preconizar a interação entre sujeitos com finalidade de estruturar suas ações pelo viés do entendimento. Nesse processo, leva-se em consideração o *mundo objetivo* dos fatos, as experiências *subjetivas* e o *mundo social* normativo.

A primeira edição do Fórum Circular foi realizada, em 2018, na antiga edificação do Convento dos Mercedários, no CHB. Após autorização da Secretaria do Patrimônio da União, a Universidade Federal do Pará passou a ocupar o local com atividades ligadas ao ensino, pesquisa e extensão direcionadas à preservação do patrimônio arquitetônico de Belém. O diálogo do Projeto Circular com a UFPA possibilitou a realização do primeiro Fórum Circular no local. A segunda edição se deu, em 2019, no Museu de Arte Sacra, onde a Secretaria de Cultura do Estado (Secult), em parceria com o Projeto Circular, cedeu as instalações para a realização do evento. A terceira edição, em 2020, foi realizada de modo digital por conta da pandemia do novo Coronavírus.

Embora o espaço não determine a criação e as relações da esfera pública, como afirma Leite (2004), o espaço pode adquirir contornos significantes quando os sujeitos se reconhecem nos significados atribuídos ao espaço. Para o autor, “O espaço pode vir a ser (...) fator de inteligibilidade da construção da própria esfera pública, na medida em que certas dimensões espaço-temporais incidem sobre os motivos das ações públicas” (LEITE, 2004, p. 198). É o que ocorre com o Fórum Circular, as discussões sobre o espaço urbano e a atuação da esfera pública neste se estendem para a cidade de modo geral, mas são iniciadas no centro histórico e por pessoas cuja preocupação preliminar tangencia a questão patrimonial.

Espaço público pode ser entendido como o espaço social de sociabilidade pública, ligado ao conceito de esfera pública. Habermas percebe o distanciamento entre os dois termos

³ “Notre héritage n’est précédé d’aucun testament” (CHAR, citado por ARENDT, 1997, p. 28). Traduzido como “nossa herança nos foi deixada sem testamento algum”.



ao analisar a institucionalização destes, o espaço público se aproxima da vida social cotidiana onde são levantados questionamentos, necessidades e porvires, já a esfera pública relaciona-se aos campos institucionais e sistêmicos do Estado. Tendo em mente essas duas direções de “público” baseadas em Arendt e Habermas, notamos que a esfera pública está mais próxima da noção de difusão dos desejos e conflitos sociais, enquanto que o espaço público nos leva à ideia de participação da vida comum. O espaço, por si só, não determina as possibilidades da participação social ou da difusão de interesses, ele torna-se a própria possibilidade das reivindicações públicas quando imbuído de sentidos e significantes que estruturam as arenas políticas.

Em linhas gerais, considerando as reivindicações discursivas, o espaço público se realiza no processo de reconhecimento das práticas nos campos decisórios. Estas práticas delimitam e se materializam no espaço concreto e engendram transformações. Por conta das políticas de requalificação ocorridas no CHB para atender, principalmente, a atividade turística, os usos públicos desse espaço acabaram seguindo uma lógica de apropriação que privilegia o sentido mercadológico em detrimento do sentido político que o patrimônio carrega. O fato de o Fórum Circular ter sido realizado em locais de expressividade arquitetônica e patrimonial revela o caráter político das discussões promovidas pelo evento. O espaço público ganha corpo pelo discurso, no entanto sua forma se constrói, em primeiro, pelo espaço. As práticas atribuem sentidos aos lugares e estes atuam na estruturação da relação *espaço e ação*, possibilitando o encontro entre o espaço urbano e a esfera pública, de onde constrói-se a noção de espaço público (LEITE, 2004, p. 198).

Influência do projeto circular no CHB

A estrutura das relações objetivas entre os parceiros, a coordenação do Projeto Circular e os participantes constitui a base do arranjo em que se configuram as práticas do Projeto. A legitimidade das práticas e pode ser conferida pela influência direta na forma e no tempo de apropriação dos bens simbólicos, pois é pelo controle do tempo e do *habitus* (BOURDIEU, 2007) que é possível apressar ou atrasar uma reação.

As práticas dos parceiros, reunidos em categorias, compõem um mosaico que transmuta cada uma delas em discursos adaptáveis a qualquer campo de interação no/com o espaço patrimonializado, pela razão de serem consequência das trocas entre sujeitos que buscam exercer nas práticas, ações sobre o espaço. A ação real – aqui destacada didaticamente da virtual, operada pelos meios de comunicação – transforma o conteúdo simbólico dos bens patrimoniais quando atribui o aspecto identitário, familiar, ao relacionamento com o patrimônio. Isto é, atitudes facilmente perceptíveis que partem do



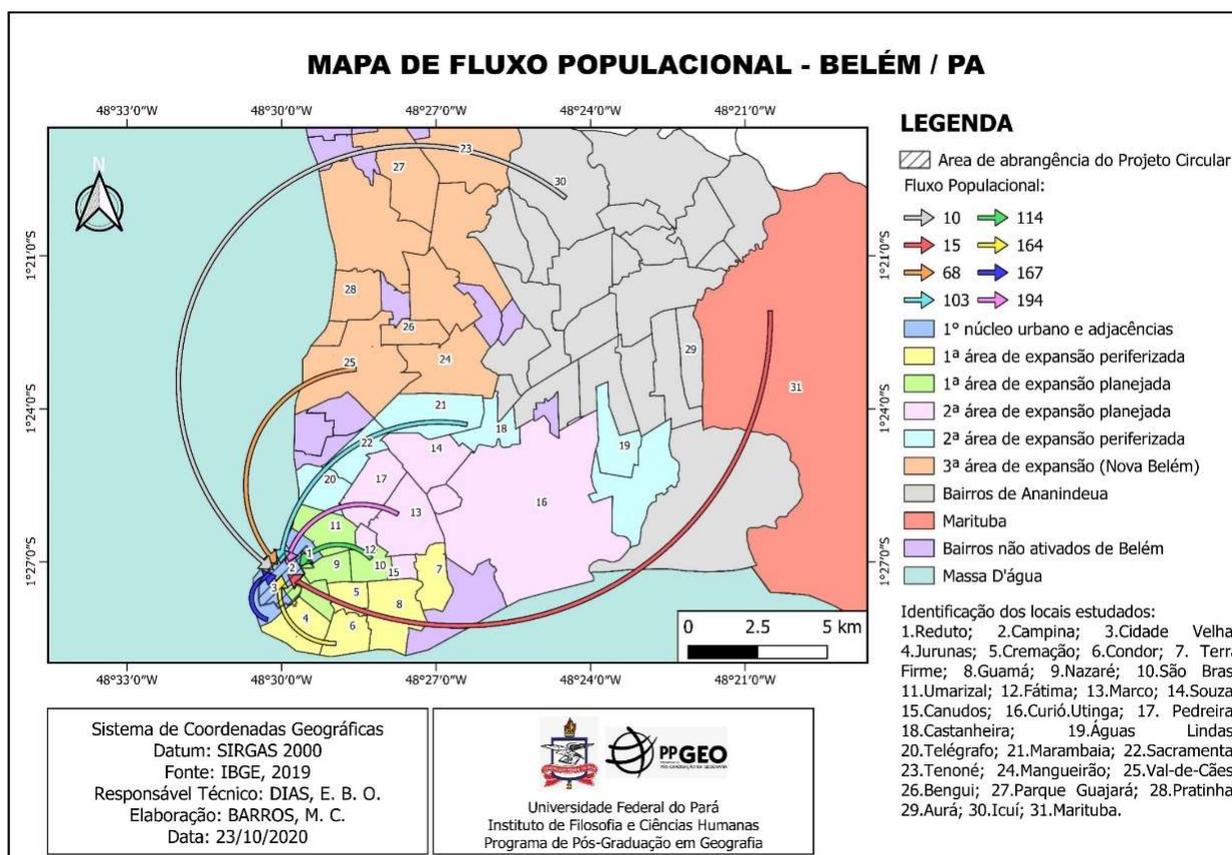
reconhecimento com o objeto, material e imaterial, seus traços e estilos, como se reconhecesse o rosto ou a maneira de andar de um amigo. Tal familiaridade sugere comportamentos mecânicos provocados fundamentalmente pela internalização passiva das experiências práticas. Todavia, as experiências também engendram comportamentos que suplantam as estruturais discursivas do Projeto e do planejamento urbano, por meio das palavras, dos gestos, dos objetos e das ações.

Essas disposições partem dos universos de referência individuais, formados dentro das relações coletivas, como já vimos nos capítulos anteriores. Em Bourdieu (2007), enxergamos que essas disposições são essenciais para ao comportamento tanto individual quanto coletivo. Em Lefebvre (2013), percebemos que essas disposições possuem importância primordial para a produção do espaço, pois o corpo, o sujeito, é o resíduo que conecta os sentidos perceptíveis do espaço com a sua dimensão abstrata, a exemplo das relações de poder e da luta de classes.

Dois pontos merecem ser destacados para espacializar nossa leitura sobre as relações de poder na produção espaço do CHB, ambos nascem da leitura das obras de Lefebvre: o primeiro, reside no papel central do sujeito, pois revela a continuidade e a ruptura das relações sociais, isto é, faz-se suspensa a ideia de “começo” e em vez disso tem-se a sucessão ou o corte as estruturas discursivas, das práticas, das linhas de pensamento, dos gestos que, em seus interstícios, dão significado às possibilidades de fazer-se existência – “A través del cuerpo se percibe, se vive y se produce el espacio” (LEFEBVRE, 2013, p. 210); o segundo ponto, trata dos enfrentamentos cotidianos experimentados durante as atividades do Projeto Circular, como os problemas crônicos de mobilidade urbana, coleta de lixo e segurança pública, que apesar de atravancar a participação dos setores mais distantes do centro histórico, não impede a presença desses sujeitos nas atividades.

O mapa 2, a seguir, destaca o fluxo de deslocamento populacional dos participantes entrevistados no ano de 2019 que residem nos municípios Belém, Ananindeua e Marituba. Cabe salientar que inicialmente a pesquisa pretendia entrevistar participantes durante os anos 2019 e 2020, mas, por medidas de segurança pública e das pessoas envolvidas nesta pesquisa, não foi possível realizar entrevistas em 2020 por conta da pandemia do novo Coronavírus.

Tendo em vista o fluxo populacional ativado pelo Projeto Circular e a significância das atividades para o campo patrimonial de Belém, o mapa 2 evidencia a amplitude do Projeto Circular, a demanda por atividades ligadas ao patrimônio e ao turismo, e o impacto da prática discursiva que elabora novas formas de apropriação urbana do patrimônio cultural.



Mapa 2: Mapa de fluxo populacional – Belém/PA. **Fonte:** Elaborado pela autora. 2020.

Entre os estudos que tendem a uma versão de grande intensidade da participação democrática, alguns parecem destacar-se em meio as discussões das últimas décadas, permeando boa parte da literatura disponível. Refere-se a uma perspectiva que defende um tipo de participação direcionada ao intercâmbio de experiências públicas deliberativas. Os espaços de debate e de tomada de decisão são exemplos de conquistas sociais já explorados nesta pesquisa.

Nesse sentido, podemos encarar o Projeto Circular como um espaço de abertura aos segmentos populares e sua forma de participação institucional a partir da representatividade do Projeto. Apesar de ele não possuir uma orientação clara de inserção, por conta de sua natureza heterogênea e pela fragmentação de interesses, o Projeto Circular cria condições de influência nas políticas públicas. A criação do Fórum Circular, detalhado no capítulo seguinte, foi uma forma de estabelecer compromissos e afirmar o papel e o espaço conquistados pela mobilização social. O tipo de participação organizado pelo Projeto não se dá num espaço hegemônico, como apresentou o mapa 2, mas é indispensável para o avanço político que consolida a sociedade organizada como sujeito central no processo democrático e na conquista de direitos sociais.



A variedade de frentes de atuação do Projeto Circular indica ainda uma tendência em construir espaços de legitimação das relações de poder. A capacidade do Projeto em captar recursos e revertê-los em investimentos sociais é uma estratégia de subsidiar atividades sem acesso institucional. De acordo com o site do Projeto Circular existem atualmente quatro modos de captação de recursos: Apoio Institucional, exercidos pela Polícia Militar, Fórum Landi - UFPA, Grupo de Pesquisa Geografia do Turismo (GGEOTUR) - UFPA, IPHAN, Secretaria de Cultura do Estado (Secult), Imprensa Oficial do Estado (IOE); Realização e Patrocínio, Banco da Amazônia, Alubar, Programa Casa Cidades, Associação Amigos de Belém, Lei de Incentivo à Cultura, Ministério da Cidadania; Co-patrocínio, Rede de Comunicação Cultura; Prêmios, Prêmio IPHAN Rodrigo Melo Franco de Andrade. O Projeto também capta recursos de pessoas físicas por meio da Lei Rouanet, na qual o valor contribuído é abatido diretamente no imposto de renda.

Dessa maneira, a estratégia de obtenção de recursos financeiros e humanos para desempenhar atividades no CHB e bairros adjacentes atua como uma forma de estimular a produção de ações ligadas ao patrimônio e à economia criativa no espaço central da cidade, empregando dinamismo novo à produção do espaço do CHB por envolver sujeitos que estabelecem uma relação simbólica-cultural com o espaço. Apesar de reelaborar o domínio hegemônico das políticas públicas patrimoniais e turísticas, ainda são os grupos economicamente privilegiados que agem sobre o espaço, a ação mediadora do Projeto Circular apresenta uma ruptura dos padrões de intervenção urbana, mas não tem ainda força para reformular os papéis institucionais e altivar, por exemplo, a participação popular de sujeitos marginalizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do Projeto Circular é guiada por referências novas de organização democrática que, sobretudo, reafirma o cidadão no centro das pautas e das ações. Podemos dizer que sua expansão se dá em adição aos aspectos físicos do espaço, pois é um corolário de ideias, desejos e memórias, e por conta deles, já que os equipamentos urbanos públicos e privados são essenciais para a realização das atividades do Projeto. As fotografias produzidas pelo Projeto Circular cumprem dois objetivos claros do discurso as quais estão associadas: o primeiro consiste em apresentar ao público do Projeto a existência das atividades, como ocorrem e a dimensão espacial que abrangem; o segundo se encerra na manifestação representativa do que é, ou o que pretende ser, a apropriação espacial do Projeto Circular. Em



outras palavras, as fotografias não apenas documentam as atividades, mas também compõem o discurso direcionado a alguém como representação de simbólica de algo.

A forma como os indivíduos são descritos na reprodução das práticas discursivas pode ser vista por um duplo olhar: subjetiva e objetiva. A relação subjetiva traz a subjetividade tanto do sujeito quanto do espaço sobre o qual ele age, as práticas têm a capacidade de transformar antes o sujeito e depois o espaço e suas instituições. De outra maneira, a relação objetiva está no *entre o* sujeito e o espaço, porque as práticas discursivas ocorrem entre as entidades, e não dentro delas, é que a objetividade do discurso age, no nosso caso, por meio da Revista Circular e das práticas desenvolvidas pelos parceiros, além da mediação com o Estado cumprida pela coordenação do Projeto.

Nesse sentido, o espaço público evocado pelo Fórum Circular se apresenta como um local de multiplicidade e de convivência, de compartilhamento de experiências relacionadas ao centro histórico e à cidade, superando o espaço circunscrito pelos limites políticos administrativos do espaço patrimonializado, estando as dimensões práticas da política estruturadas nos processos discursivos e na ação. Dessa forma, podemos ler ação do Projeto Circular a partir do que Silva (1986) chamou de *espaços de contornos*. O autor fala a respeito da percepção da fronteira não apenas como limite, mas como uma relação específica em que o limite é o dado real e a fronteira o meio pelo qual ele é percebido. Os espaços de contornos “se manifestam como diferenças e semelhanças, normalidades e não-normalidades, igualdades e desigualdades, que é preciso notar.” (SILVA, 1986, p.136). Nossa leitura caminha por essa perspectiva por considerarmos que o Projeto Circular transita entre o espaço patrimonializado e o não patrimonializado, onde se faz evidente a configuração territorial exercida pelo centro que impõe limites à configuração do entorno. Se trata, portanto, do reconhecimento efetivo do espaço político e seus desdobramentos discursivos atinente ao CHB. Reside aí também, a importância dos espaços participativos institucionalizados por aproximarem da esfera pública os debates qualificados nos espaços informais da vida urbana.

Reconhece-se, portanto, a complexidade do processo de construção democrática na pluralidade de sujeitos, espaços e escalas que ampliam os sentidos e privilegiam as relações estabelecidas a partir dessa pluralidade. As escalas de participação expandem o envolvimento dos sujeitos na concepção de políticas públicas por combinar elementos da democracia representativa com os da democracia participativa, o que confere às estratégias políticas qualidades novas.

O Projeto Circular consegue ativar as diferentes áreas da cidade com alta intensidade, mobilizando sujeitos das áreas centrais, periféricas e RMB, garantindo demanda às atividades



comerciais que se formaram especificamente a partir do Projeto Circular e outras que estendem suas atividades para atender também o setor turístico, além das atividades comerciais já consolidadas do CHB. De todo modo, vale ressaltar que não é atendida toda área urbana do conjunto patrimonializado, as áreas já consolidadas pelas políticas de requalificação urbana exercem uma centralidade de nível mais alto.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. **Entre o passado e o Futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.
- BOURDIEU, P. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- BURNETT, C. F. L. Da tragédia urbana à farsa do urbanismo reformista: a fetichização dos planos diretores participativos. **Tese** (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, 2009. 526 f.
- CAMPOS, G. A. G. de. Participação e Representações não avaliativas: a produção de significados nas experiências participativas. In: **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Org.: PIRES, Roberto Rocha C. Brasília: Ipea, 2011. v. 7 (372 p.): gráfs., tabs. – (Diálogos para o desenvolvimento). p. 53-64.
- CERTEAU, M de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 20. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução Isabel Magalhães. Brasília: UnB, 2001.
- GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. – São Paulo: Editora 34, 2012.
- HABERMAS, J. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- LEAL, S. **Fetice da participação popular: novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife**. Brasil – Recife: Ed. do Autor, 2003. 351p.
- LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade: Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Introducción y traducción: Emilio Martínez Gutiérrez. Capitán Swing Libros, S. L.: Madri, 2013.
- MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. Trad. Sírio Possenti. 1. Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.



MARICATO, E. **Nunca fomos tão participativos**. São Paulo: Carta Maior, 2007.

PASSAVENTO, S. J. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre o patrimônio urbano no Brasil. In: D'ARC H. R.; MEMOLI, M. **Intervenções urbanas na América Latina**: viver no centro das cidades. Tradução Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.

PROJETO CIRCULAR. **Revista Circular**. Número Zero. Abril, 2016.

PROJETO CIRCULAR. **Revista Circular**. Número Seis. Fevereiro/Março, 2020.

SILVA, A. C. da. **De quem é o pedaço?** Espaço e Cultura. São Paulo: Hucitec, 1986.

SILVA, T. T. da. (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Stuart Hall, Kathryn Woodward. 15º Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.